

Entre Talcott Parsons e Piaget

JORGE CORREIA JESUINO *

A ideia de aproximar Talcott Parsons e Jean Piaget não é inteiramente nova. A literatura recente relativa a temas de psico-sociologia regista já algumas tentativas nesse sentido. A iniciativa parece, neste caso, ter partido mais dos sociólogos e designadamente dos que adoptaram como horizonte de reflexão o *quadro de referência* parsoniano do que dos psicólogos ou mesmo dos epistemologistas próximos da teoria de Piaget. Vale a pena referir, neste contexto, a contribuição de Victor Lidz, colaborador directo de Parsons que, como este afirma, escreveu uma autêntica monografia que tem como título *The Psychology of Jean Piaget and its Place in the Theory of Action* (Parsons, 1976). É de resto Lidz que sugere a Parsons uma alteração na nomenclatura dos sistemas de acção substituindo o *organismo* por *sistema comportamental*, centrado nas *funções cognitivas*, estudadas por Piaget.

Poderíamos igualmente citar, entre outros, Ken Menzies que na sua obra recente — *Talcott Parsons and the Social Image of Man*, inclui uma referência às relações entre os dois autores com vista a mostrar como eles parcialmente se confirmam um ao outro. Menzies resume a sua

breve mas penetrante confrontação com a bela imagem de que «Piaget esquece que a criança por vezes chora enquanto Parsons esquece que a criança pensa activamente» (Menzies, 1976).

Aliás Parsons e Piaget não se ignoram mutuamente. Parsons cita Piaget desde 1937 na sua primeira obra de fundo *The Structure of Social Action* (Parsons, 1961).

Voltará a fazê-lo noutras obras posteriores e designadamente no ensaio que escreveu sobre psicologia incluído no tratado editado por Sigmund Koch (Parsons, 1959). Mais recentemente podemos encontrar inclusivamente uma contribuição sua para o número de homenagem que os *Cahiers Vilfredo Pareto* dedicaram ao 80.º aniversário de J. Piaget. Aí afirma Parsons que sempre acompanhou a obra de Piaget tendo consciência da sua grande importância e significado (Parsons, 1976). Tal não equivale a dizer que Parsons tenha de algum modo sofrido qualquer influência da psicologia genética de Piaget. As citações que nele encontramos referem-se quase exclusivamente a essa introdução à sociologia genética, infelizmente não continuada, que é *Le jugement moral chez l'enfant*, e os problemas, bem como os exemplos escolhidos, referem-se sempre às relações de cooperação entre crianças e adolescentes, problemas esses mais próximos, pelo menos tradicionalmente, da sociologia, do que da psicologia.

* Professor do ISPA e Assistente no ISCTE. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Nacional para o Desenvolvimento da Criança, promovido pela CERCÍ, Lisboa, 13-18 de Março de 1978.

Piaget, por seu turno, tanto quanto nos foi possível apurar, apenas se refere a Parsons de passagem, embora revele conhecer quais os aspectos fundamentais da problemática introduzida por um dos mais significativos sociólogos americanos da actualidade (Piaget, 1968, 1971).

Poderá surpreender que entre o estruturalismo genético de Piaget e a teoria geral da acção social de Parsons, não tenha havido até agora um contacto mais estreito. Em ambas as abordagens parece existir de comum uma mesma preocupação de estudar os fenómenos do comportamento em termos sistémicos e em ambas se sublinha a importância crucial da acção como *unidade de análise* e como ponto de partida para toda e qualquer explicação nas ciências psico-sociológicas.

Não obstante tais semelhanças há contudo diferenças epistemológicas importantes e que poderão explicar uma certa independência recíproca entre as duas teorias.

No que se refere ao *domínio material*, que investigam, Parsons define-o em termos de *acção social*, o que abrange um campo vastíssimo — do organismo aos sistemas culturais passando pelos sistemas psicológicos (personalidade) e pelos sistemas sociais. Todas as ciências sociais são assim susceptíveis de uma integração no *quadro de referência* parsoniano, de uma codificação em conformidade com os conceitos iniciais básicos por ele propostos.

No que se refere a Piaget e não obstante a sua espantosa vocação, multi, inter e transdisciplinar, que o coloca à vontade tanto em biologia, como em lógica e que o leva a fundar inclusivamente uma nova ciência — a epistemologia genética, verificamos nele uma constante e que se traduz na preocupação de *delimitar os factores*, ou seja, de circunscrever rigorosamente o domínio sobre o qual a sua investigação incide, condição por ele considerada necessária para uma prática científica correcta.

Para além disso Piaget evita sempre e até condena que se teorize apenas por via reflexiva e especulativa, curto-circuitando a experiência, o controlo dos próprios factos. A teoria de Pia-

get define o seu objecto em termos de um *modelo real*, ou seja, de um objecto abstractamente definido mas concretamente significativo, como é o caso do *sujeito epistémico*, modelo abstraído da criança mas que para ela concretamente remete.

Parsons não é, sob este aspecto, tão estrito nem tão restritivo. Uma das críticas que mais frequentemente se lhes dirigem é justamente o carácter especulativo das suas teorias, a recusa quase sistemática de confrontar as suas hipóteses com a realidade dos factos. Esta posição de Parsons está na origem da grande generalidade da sua teorização, nem sempre facilmente verificável. Ele próprio se reconhece na dedicatória de uma das suas obras fundamentais — *The Social System* — como um «incurável teórico» (*incurable theorist*).

A acusação é todavia apenas parcialmente justa. Parsons, quer a título individual, quer em colaboração, publicou diversos trabalhos empíricos sobre instituições americanas tais como os hospitais, universidades, família, parentesco, etc. Por outro lado poderíamos igualmente dizer que o próprio Piaget por vezes também cede à teorização especulativa. Talvez *malgré lui* os seus diversos *Études Sociologiques* não parecem apoiados em factos bem estabelecidos mas apenas numa reflexão inteligente, como tudo quanto vem de Piaget, mas que nem por isso, e de um modo mais pronunciado que noutros domínios, deixa de acusar a contaminação ideológica.

Mas Parsons não difere de Piaget apenas por razões de definição epistemológica de objecto e método. No domínio que, sob certos aspectos é comum a ambos e que diz respeito aos problemas psico-sociológicos, Parsons recorre preferencialmente à metapsicologia de Freud e isso por lhe parecer que o funcionamento dos sistemas de acção repousa em última análise em *disposições motivacionais* (*need dispositions*) relevando mais da afectividade do que da inteligência. Piaget não parece estar em desacordo com a identificação da afectividade à energética do comportamento, afirmação que

encontramos várias vezes referida na sua obra (Piaget, 1955, 1972, 1975).

Falta, porém, à teoria de Piaget e talvez à psicologia em geral, uma integração dos aspectos afectivos e dos aspectos cognitivos do desenvolvimento. Nessa referida obra sobre equilíbrio, sugere Piaget, embora com prudência, que é possível uma síntese do estruturalismo genético e do funcionalismo, incluindo a psicanálise. Funcionalismo e psicanálise remetem-nos, desde logo, para Parsons. Aqui é difícil furtarmo-nos a uma associação quase imediata.

Cabe aqui igualmente uma referência ao trabalho muito recente de Jean Marie Dolle — *De Freud a Piaget* — no qual se propõem hipóteses de aproximação a este problema abrindo novas perspectivas de integração. O nosso contributo inscreve-se num âmbito do mesmo tipo de exigência de compreensão pessoal, podendo considerar-se como tentativa paralela e complementar.

O problema que escolhemos para mostrar o possível enquadramento da teoria de Piaget na teoria de Parsons é o problema da *socialização*. Segundo julgamos, Parsons sugere, neste domínio, perspectivas importantes e originais para a explicação do desenvolvimento psicológico que não encontramos nas tematizações habituais em psicologia, ou seja, nas teorias do desenvolvimento cognitivo, nas teorias da aprendizagem social e nas teorias psicodinâmicas. O problema da socialização é, ou, pelo menos, tem sido abordado, nestas psicologias, segundo uma perspectiva estritamente *monádica*, ou seja, centrada predominantemente no sujeito socializado, mesmo quando reduzido, o que hoje em dia vai sendo mais rara e difícil de sustentar, a *tabula rasa*, completamente receptiva à impressão do meio social. Fala-se muito em interação entre o sujeito e objecto, mas ou acaba por se ignorar um dos pólos dessa interação ou, na melhor das hipóteses, como será o caso de Piaget, reduz-se o objecto da interação a formas abstractas transformáveis e manipuláveis por um sujeito que, por isso mesmo, se acha igualmente *reduzido a sujeito epistémico*.

A socialização estudada por Talcott Parsons tem o mérito de situar o problema no quadro dos sistemas sociais, cuja unidade mais simples é a relação diádica S_1-S_2 e que em termos de desenvolvimento humano, surge na relação original mãe-filho. Actualmente o estudo da díade mãe-filho, enquanto sistema psicológico, adquire *momentum*. Basta citar os estudos precursores de Harlow e de Spitz e, mais recentemente ainda, os de Bowlby e de Harriet Rheingold. Aparentemente, porém, tais estudos parecem ter resultado das próprias exigências internas dos sistemas psicológicos, não beneficiando nem tirando partido das contribuições da psicologia social. A ausência de um paradigma das ciências humanas explica que continue a verificar-se esta sistemática compartimentação e ignorância recíproca de temáticas complementares.

Parsons aborda o problema da socialização em diferentes lugares e momentos da sua obra. Em colaboração com Bales, em 1955, publicou um livro exclusivamente dedicado a esse tema, com o título *Family, Socialization and Interaction*. Onde quer que o tema surja ele apresenta-se sempre como um processo de interação entre os *agentes de socialização* e os *sujeitos a socializar*. A observação poderá parecer banal e até o é, mas o que importa é ver em que medida dela se consigam extrair as potencialidades e exigências que aí se contêm. Na verdade estamos em presença de um processo altamente complexo comportando diferentes níveis de abstracção. Recorde-se muito rapidamente que a socialização se situa ao terceiro nível de abstracção (ver figura 1).

Considerada em si mesma ela comportaria por seu turno quatro fases globais de desenvolvimento identificadas aproximadamente com as fases psico-sexuais de Freud ou, talvez melhor, de Erikson.

Cada uma dessas fases desempenha uma função global específica, que Parsons caracteriza recorrendo ao paradigma das quatro funções (*AGIL*). Todo o sistema de acção estaria

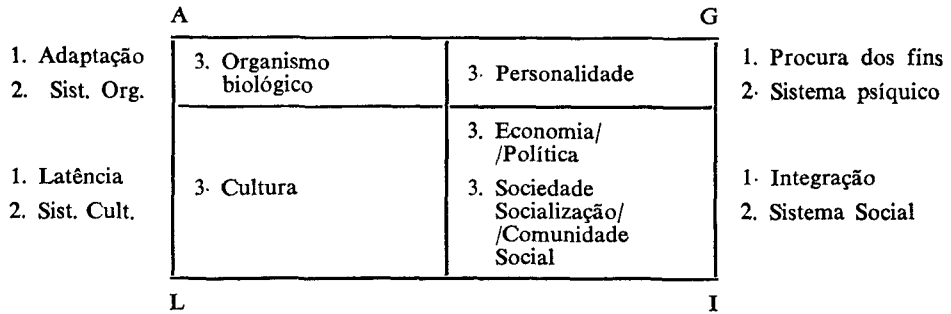


Fig. 1 — Níveis de abstracção e os subsistemas da sociedade.

com efeito submetido a quatro imperativos funcionais por ele designados como:

A (*Adaptation*), *G* (*Goal-attainment*), *I* (*Integration*) e *L* (*Latentpattern maintenance*). As duas primeiras funções seriam *instrumentais*, isto é, viradas para a concretização da acção enquanto as funções *I* e *L* seriam *expressivas*, isto é, garantindo a coesão interna da estrutura. Parsons adopta aqui a mesma distinção entre instrumental e expressivo, introduzida por Bales, nos estudos das interacções que se processam no seio dos grupos primários.

Digamos desde já que há um paralelo ou um *isomorfismo* — esta noção de isomorfismo é quase tão frequente em Parsons como em Piaget, entre as funções instrumentais e as funções cognitivas, por um lado, e por outro entre as funções expressivas e as funções afectivas.

Um segundo aspecto a considerar e que constitui um dos mais característicos do pensamento de Parsons é que os sistemas são integrados por subsistemas e estes por subsistemas, como caixas dentro de caixas, em todos eles se repetindo de novo os quatro imperativos funcionais.

A questão que se põe em seguida é a da passagem do modelo formal aos conteúdos empíricos. Tal como se infere da figura 1 a socialização desempenha, relativamente ao subsistema social que é a sociedade, uma função de latência. Isso significa na terminologia de Parsons a manutenção das *normas, valores e sinais*, elementos considerados por Piaget como fundamentais e constitutivos de toda a realidade social. Mas, e como acentuamos já, em si

mesma a socialização comporta quatro fases, cada uma das quais corresponde por seu turno a uma das quatro funções do paradigma. Assim a fase oral corresponde à função *L*, a ligação amorosa à função *I*, a função *G* à latência no sentido psicanalítico do termo e a função *A* à maturidade.

Mas seguidamente a fase de dependência oral é por seu turno caracterizável nos termos das mesmas quatro funções, o que poderá simbolizar-se por *La, Lg, Li, Ll*, tal como a fase *I* em *Ia, Ig, Ii, Il* e cada uma destas por seu turno novamente em subsubfunções e assim sucessivamente.

Repare-se contudo desde já que este tipo de sistematização por *análise regressiva*, digamos assim, e subdivisões dicotomizadas não dá verdadeiramente conta do *processo genético*, não constitui uma teoria do desenvolvimento tal como encontramos em Piaget ou em Freud. A teoria parsoniana tem muito mais de comum com o *estruturo-funcionalismo* do que com a *teoria geral da acção*. Voltaremos a esta questão, quanto a nós decisiva.

Note-se com efeito que os parsonianos são estáticos, dão conta das condições de equilíbrio sem ter em consideração as leis de desenvolvimento. O próprio Parsons o reconhece ao sublinhar que descreve apenas *mecanismos* que reconstitui por interpolação entre estados iniciais e finais, mas insuficientes para servir de esteio a uma *teoria*.

A iniciativa tem todavia o mérito de estabelecer um quadro referencial e, o que é mais importante, de propor um sistema de categorias

que, enquanto tal, constituiriam as formas *a priori* dos *papéis sociais*, a partir das quais se torna possível a construção de *modelos reais* das interações subjacentes à socialização.

Por outro lado a teoria de Parsons não iludem nem reduz o problema da interacção dado que nela se sublinha que existem além de *níveis de abstracção*, *perspectivas* funcionais diferentes consoante a interacção se processe no sentido do agente de socialização para o sujeito a socializar, ou antes no sentido inverso. Considerando a figura 2 teremos que o sujeito socializado segue a trajectória *LIGA*, enquanto os agentes de socialização, ou seja, a mãe, a constelação familiar, a escola, etc., seguem a trajectória inversa *AGIL*.

Procurando prolongar os aspectos até agora enunciados por forma a cruzá-los com elementos da teoria piagetiana vamos apresentar como simples hipótese de trabalho e em termos muito esquemáticos, aquilo que nos parece poder constituir um modelo possível do sistema das interacções do processo de socialização. Escolhemos o período *sensório-motor*, conforme a designação de Piaget, ou conforme a de Parsons, de *dependência*, não só por ser o mais fácil — apenas dois sujeitos em presença —, mas porque ele é suficiente para ilustrar a nossa ideia.

A caracterização dos conteúdos dos sistemas é feita como sempre sucede em Parsons, por derivação empírica. Isso significa que o hori-

zonte epistemológico não ultrapassa, deliberadamente, o nível da classificação dos fenómenos observados a partir de estratégias observacionais e das analógicas. Em termos de epistemologia genética diríamos que se trata de um «pensamento biológico», ou seja, de um pensamento que procede por encaixes sucessivos e segundo uma ordem rígida, o que implica as estruturas de «agrupamento» descritas por Piaget, como subjacentes às operações concretas. Os desdobramentos sucessivos do paradigma das quatro funções são de resto uma confirmação dessa postura epistemológica. Mas, mais rigorosamente, a posição de Parsons não corresponde exactamente ao «pensamento taxonómico». Digamos que ele procura numa primeira fase fazer uma dedução *a priori* das categorias e que só procede classificatoriamente quando procura identificar os objectos que correspondem às classes construídas.

Quando por exemplo se caracteriza a primeira fase de socialização como uma fase de dependência oral, com identidade da díade mãe-filho, essa caracterização global é derivada do sistema superordenado onde o processo de socialização se encaixa e do qual recebe significado, ou seja, informação ou controlo. Seriam pois concebíveis outras articulações, dando lugar a outros sistemas de socialização diferentemente caracterizados.

A inserção no real faz-se a partir de raízes biológicas que alimentam energeticamente o sis-

	A	(c. 4) Adolescência	G	
		(a. 4) Maternidade (sistema de 8 ou 16 objectos)	(a. 3) Latência (sistema de 4 papéis familiares)	
(c. 1) Crise oral		(b. 4) Manipulação das sanções	(b. 3) Recusa de reciprocidade	(c. 3) Crise edipiana
		(a. 1) Dependência oral (identidade mãe-filho)	(a. 2) Ligação amorosa (diferenciação relativamente aos pais)	
		(b. 1) Permissividade	(b. 2) Apoio	
	L	(c. 2) Crise anal	I	

Fig. 2 — Fases do desenvolvimento psico-sexual

a. fases principais — b. controlos sociais — c. rupturas ou crises que perturbam a estabilidade

tema. Parsons refere várias vezes invocando para tanto o modelo cibernético que a energia dos sistemas de acção é máxima nas fronteiras biológicas e mínima nas fronteiras culturais. Em contrapartida a informação e controlo são máximos nas fronteiras culturais e mínimas nas fronteiras biológicas. À medida que nos elevamos na escala das condições necessárias vão sendo cada vez menos constrangedoras. A criança situa-se na fronteira biológica. É dependente e, como tal, as condições que impõe ao sistema de acção são altamente determinantes. Por outras palavras as alternativas que se oferecem, em termos globais, aos agentes de socialização variam dentro de limites muito estreitos. É certo que a passagem aos sistemas sociais diversos e, dentro deles, as constelações familiares variáveis explicam a pluralidade de formas de aculturação, personalização e até de alienação. Este é o terreno, porém, de uma psico-sociologia diferencial que todavia pressupõe quadros de referência gerais. Tanto em Parsons como em Piaget o problema é menos o de estudar as diferenças do que as conformidades, sem as quais as diferenças não seriam explicáveis.

Mas se as condições da criança durante o largo intervalo de tempo que decorre desde o nascimento até que adquira autonomia biológica completa ditam a sua dependência do meio social, isso desde logo implica, por parte dos agentes de socialização primários, uma atitude compatível com essa dependência, a fim de que o sistema de interacção se equilibre. A definição dessa estratégia atitudinal é feita em Parsons

em termos de *variáveis de configuração (pattern variables)*, ou seja, em termos de 5 categorias expressas sob a forma de pares dicotomizados e que constituem as condições prévias de toda a interacção. Para o caso do sistema da dependência oral teremos que a relação da mãe com a criança é *afectiva* (e não neutra); é *difusa* (e não específica); é *particularista* (e não geral); baseia-se na *qualidade* (e não na realização); e está orientada para a *colectividade* (e não para si própria). Note-se, mais uma vez, que se para Parsons as categorias são universais e necessárias, já o seu arranjo, isto é, as possíveis configurações que resultam da combinação dos diferentes elementos de cada par não é *a priori* mas *a posteriori* e daí o seu carácter empírico. *A fortiori* empírica será a noção que procura sintetizar cada configuração específica. No caso que estamos a examinar Parsons recorre à noção de *permissividade*, a qual resumiria a atitude geral do agente de socialização face a um socializado dependente ou ainda psicologicamente indiferenciado. Esta estratégia corresponde a um *sistema de valores* determinado e explicável em termos de toda uma evolução sócio-histórica. Um outro sistema cultural daria lugar a *outras mães*, isto é a outras combinações de pares de variáveis. O que parece todavia muito importante e prometedo na teorização de Parsons é a *possibilidade de estabelecer um número infinito de categorias de papéis*. São esses sistemas de papéis que constituem o quadro de derivação dos conteúdos empíricos que lhes correspondem.

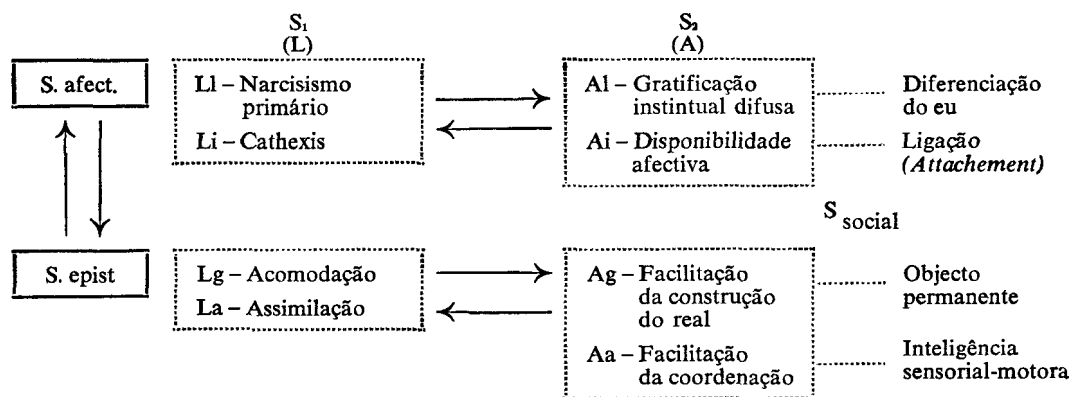


Fig. 3 — Sistema de interações do processo de socialização na fase de dependência oral

Procuramos então construir o modelo tomando como ponto de partida a configuração *permissiva* e que corresponde grosso modo às exigências culturais vigentes.

O quadro apresenta-se como uma mistura de conceptualizações piagetianas, freudianas e parsonianas. O arranjo é, porém, da nossa responsabilidade não havendo que atribuir eventuais incongruências aos respectivos autores. Também devemos referir de novo Jean Marie Dolle pela distinção que introduziu entre sujeito epistémico e sujeito social e que aqui igualmente adoptamos, embora num contexto ligeiramente diferente.

O sujeito afectivo compreende as funções expressivas, ou seja, a função *I* (fins internos) e a função *L* (meios internos). Por seu turno o sujeito epistémico compreende as funções instrumentais, ou seja, a função *A* (meios externos) e a função *G* (fins externos). O sujeito social integra o sujeito afectivo e o sujeito epistémico e vai-se constituindo através do processo de socialização, ou seja, através das interacções Sujeito-Objecto (S-O) das inter-relações S₁-S₂ (sujeito socializado-sujeito socializador ou agente de socialização).

A aprendizagem em sentido lato, tal como a entende Piaget, confunde-se com o processo de desenvolvimento e consiste na aprendizagem em sentido estrito (teoria da aprendizagem) mais os processos de equilíbrio (Piaget 1959). Neste sentido muito lato a socialização será um caso particular da aprendizagem, e que se define em termos de conteúdos específicos assimilados — tornar-se social. Aqui não se faz a distinção entre as interacções S-O e as inter-relações S₁-S₂.

Em nosso entender isso introduz uma dificuldade na teoria de Piaget, já que não é a mesma coisa explicar a aprendizagem a partir das interacções com um objecto que apenas opõe uma resistência passiva às acções do sujeito e explicá-la a partir das interacções com um outro sujeito que, por isso mesmo, não é passivo na sua reacção podendo opor ou não resistência, podendo ou não facilitar a acção de S₁. Entre um *ego* e um *alter*, sublinha Par-

sons, existe uma relação de dupla contingência (*double contingency*).

Mesmo no que se refere ao sujeito epistémico, onde estão em jogo apenas estruturas cognitivas, o próprio Piaget reconhece que é ao factor social que deverão atribuir-se as diferenças de desenvolvimento entre sujeitos diferentes. O sujeito epistémico desenvolve-se a partir da dialéctica assimilação-acomodação e esse é objecto do *Nascimento da Inteligência* e da *Construção do Real*. Nestas duas obras complementares, Piaget descreve as interacções do sujeito com *objectos sem história*, como acentuará Cobliner (Spitz, 1968), embora venha a admitir que o primeiro objecto permanente a ser construído seja a «função» mãe. Para isso foi decisiva, como se sabe, a contribuição de Thérèse Gouin-Décarie.

Esse objecto tem uma história e implica todo um envolvimento emocional com o sistema afectivo. As setas entre o sujeito afectivo e o sujeito epistémico indicam por um lado a interacção que existe entre ambos e indicam por outro lado, de acordo com Parsons e também de acordo com Piaget, que a energia flui do sistema afectivo para o sistema epistémico, enquanto a informação (controlo) flui do sistema epistémico para o sistema afectivo.

As duas funções piagetianas de assimilação e de acomodação correspondem às funções parsonianas de adaptação (*A*) e de obtenção de fins (*Goal attainment*). Parsons entende por adaptação a mobilização dos meios externos (*A*) para alcançar fins externos (*G*). Vemos aqui um parentesco muito estreito entre os dois conjuntos nocionais. Para Piaget, porém, o jogo das assimilações e das acomodações é sempre descrito como um exercício solitário de um sujeito face a um objecto disponível às suas manipulações. Em nosso entender, e socorrendo-nos do quadro de referência parsoniano, essa é porém a situação limite das interacções com os objectos físicos onde a dupla contingência se desvanece.

Mas já a esse nível (epistémico), S₂ pode ter uma acção de resposta que melhor corresponde às expectativas de S₁. Recorde-se que um papel

social se define igualmente como um conjunto de expectativas recíprocas. Daí que no nosso esquema tenhamos oposto à subfunção *La* — formação e coordenação dos esquemas de assimilação de S_1 — a subfunção *Aa* — caracterizada como mediadora da coordenação desses mesmos esquemas. E note-se que não se trata ainda de recorrer aos sistemas afectivos. S_2 será definido, fundamentalmente, pela maior ou menor *competência* com que facilita a S_1 a coordenação dos seus esquemas sensorio-motores, como também no arranjo de um mundo espaço-temporal, povoado de objectos permanentes, que S_1 terá igualmente de construir.

Quanto ao subsistema afectivo identificamo-lo, neste período, a uma alternância entre o *narcisismo primário* (Freud, 1914), entendido como estado de satisfação quase biológica em que a criança investe a libido em si própria (*meios* internos — função *L*) e o investimento objectal (*fins* internos — função *I*). Estas funções de S_1 traduzem-se em expectativas relativamente a S_2 e que identificamos com a gratificação instintual difusa do *Id* por um lado (função *L*) e por outro lado com a disponibilidade afectiva, ou seja, com a facilitação da identificação objectal através do *attachment* — função *I*.

Entretanto os dois sistemas, sujeito afectivo e sujeito epistémico, não são compartimentos estanques no sistema da personalidade. Entre ambos, repita-se, existe interacção entre energia e controlo, que tanto se verifica em S_1 como em S_2 . Daí a complexidade do sistema. Em termos descritivos e aproximados S_1 estará tanto mais «motivado» quanto S_2 assim o facilitar e também S_2 aprenderá tanto melhor quanto S_2 manipular o meio nesse sentido. Outras combinações, porém, podem ocorrer. Percebe-se inclusivamente em que medida configurações diferentes podem eventualmente conduzir aos mesmos resultados.

Em suma o sujeito social que resulta desta primeira fase de socialização é um sujeito dotado, do ponto de vista cognitivo, de uma inteligência prática ou sensorio-motora, capaz de situar-se enquanto objecto num mundo de objectos permanentes, e sabendo, do ponto de

vista afectivo, diferenciar o seu próprio eu do objecto preferencialmente catectado (escolha objectal).

A complementaridade Parsons-Piaget torna-se ainda mais estreita se passarmos do quadro sistémico parsoniano a que até agora temos recorrido para o quadro exclusivo da teoria da acção. Deve-se a Menzies a rigorosa distinção que estabelece no programa de Parsons entre esses dois quadros teóricos, aparentemente não compatibilizados, o que constitui uma fonte de grandes confusões e ambiguidades.

Na teoria geral da acção Parsons está mais perto de Piaget na medida em que sublinha o carácter decisivo da *significação* (*meaning*) com o específico e determinante da acção social. Também Piaget irá adoptar o conceito de conduta de preferência a comportamento na medida em que as condutas são dotadas de significação para um sujeito. A psicologia é a ciência da conduta e a conduta implica a consciência «cuja característica sem dúvida mais geral é comportar significações» (Piaget, 1963).

As categorias parsonianas designadas como *variáveis de configuração* (*pattern variables*) são categorias de significação e igualmente o são as dimensões funcionais (*AGIL*). Os sistemas de acção, definidos em termos de significações para um factor, conduzem a combinações diferentes das anteriormente estabelecidas, designadamente no que se refere tanto à aprendizagem como à socialização.

Sob certos aspectos podemos considerar esta restrição como um recuo mas igualmente como um progresso. A teoria parsoniana perde em generalidade estrutural estática mas torna-se mais apta para explicar os *processos* de desenvolvimento. Ao nível da acção a teoria torna-se mais dialéctica. Mas por outro lado a perspectiva volta a cantonar-se no sujeito de acção, o que implica uma redução, até certo ponto, dos sistemas sociais aos sistemas psicológicos. Daí também um paralelismo mais fácil que se pode estabelecer com Piaget. De qualquer forma subsiste em Parsons uma maior preocupação em articular os aspectos cognitivos com os aspectos afectivos, com a mediação do sujeito social, o

	A	Aspecto cognitivo	Aspecto expressivo	G
Discriminação (diferenciação)		Discriminação cognitiva	Privação relativa	
Generalização (integração)		Generalização cognitiva	Generalização da cathexis	
	L			I

Fig. 4 — Paradigma da aprendizagem e processo da socialização

que contribui para acentuar, para além das semelhanças, as complementaridades.

O paradigma geral proposto por Parsons acha-se sintetizado na figura 4.

Aqui vamos encontrar a descrição dos ciclos da aprendizagem como condicionantes do processo de socialização numa perspectiva centrada no sujeito. Note-se que a dicotomia instrumental-expressivo se altera implicando dimensões funcionais diferentes. Parsons vê o processo de aprendizagem e socialização realizar-se através de sucessivas discriminações e generalizações propondo todavia uma interacção cruzada em que o objectivo de acção (G) começa por ser afectivo e se traduz por uma privação, por uma lacuna, que todavia só poderá ser preenchida se cognitivamente discriminada (A). Essa discriminação, que implica uma diferenciação, tem muito a ver com a diferenciação dos esquemas de assimilação da teoria de Piaget. Por seu turno essa diferenciação possibilita a sua generalização (cognitiva) a novas situações (função L do quadro parsoniano) as quais todavia apresentam conteúdos diferentemente catetados pelo sujeito (função I). O ciclo fecha-se e o seu equilíbrio só será perturbado em consequência de novas lacunas, ou seja, de novas privações rela-

tivas ou, como prefere Piaget, de novas necessidades (*besoins*).

Este ciclo de aprendizagem/socialização, centrada no sujeito socializado, apresenta analogias com o modelo das interacções do tipo II A, formulado por Piaget na *Equilíbrio das Estruturas Cognitivas*, codificado, como se sabe, da seguinte forma (figura 5).

Segundo hipótese formulada pelo próprio Piaget, este modelo «représente une synthèse possible du structuralisme génétique et du fonctionnalisme en jeu dans l'oeuvre de Dewey, Claparède et à bien d'égards, dans la psychanalyse» (Piaget, 1975).

Conforme julgamos ter entendido essa possibilidade de síntese decorre do papel atribuído à coordenação entre as afirmações e as negações e ao facto de assimilar o processo de satisfação duma carência, que implica um *feedback* positivo, à negação de uma negação. Sendo assim, é possível generalizar o modelo de interacções cognitivas catetadas o que equivale a dar um passo significativo na integração dos processos cognitivos e dos processos afectivos.

O modelo de Parsons parte de uma intenção idêntica e, quanto a nós, completa a formulação piagetiana ao coordenar a generalização cogni-

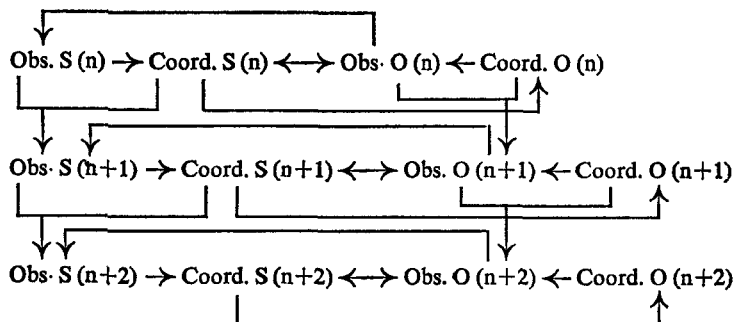


Fig. 5 — Modelo das interacções tipo IIA

tiva com a generalização da cathexis. É uma tal generalização que permite dar mais claramente conta das necessárias passagens aos níveis $(n+1)$, $(n+2)$, etc.

Por outro lado o modelo parsoniano ao procurar interpretar cada uma das fases do processo em termos das dimensões funcionais possibilita a sua articulação a outros sistemas de acção dos quais recebem significado e controlo. Por outras palavras, e mais uma vez, a socialização não é mais a aventura solitária de um sujeito cujas motivações são postas entre parêntesis, face a um objecto abstracto e formal, sem conteúdo histórico, passando a inserir-se no sistema geral de acção do qual recebe significado e para a qual contribui com os seus próprios significados.

Entretanto o modelo de Piaget nada perderia do seu valor heurístico, designadamente no que se refere a noções centrais, como a abstracção reflexiva e abstracção empírica, tipologia das condutas (α , β , γ) e equilibração majorante. É nesse modelo que possibilita a explicação da personalização do eu através de uma interacção quer na fronteira do organismo, com as necessidades impostas pelo Id (função G) quer na fronteira social de novas necessidades que resultem da generalização da cathexis (função I). O desenvolvimento consiste num processo contínuo de enriquecimento dos esquemas de assimilação do sujeito (Coord. $S(n)$), os quais constituem a condição necessária de interiorização e de integração objectal (Coord. $O(n)$), desempenhando as observáveis tanto no sujeito como no objecto a função mediadora e igualmente necessária enquanto traduzível em condutas.

A revelar-se aceitável ou pelo menos corrigível a hipótese que aqui se apresenta quere-nos parecer que ela poderá contribuir para a definição de um paradigma em ciências sociais, isto é, de um modelo suficientemente geral e válido para lograr um consenso mínimo dos investigadores, actualmente ainda muito polemizantes a partir das suas posições de escola, e que contivesse virtualidades de investigação futura.

Um tal paradigma em ciências sociais passa sem dúvida pela descoberta das leis que possam

explicar tanto o individuo como a sociedade. Piaget e Parsons, na esteira de Marx, Weber, Durkheim, Pareto e Freud — para citar apenas alguns dos grandes fundadores a quem sempre se recorre, erigiram, cada um deles a seu modo, os elementos fundamentais para tal paradigma. A tarefa que resta passa pela compatibilização dos códigos e remete-nos, para citar de novo Piaget, para o domínio das «*epistemologias derivadas*» (Piaget, 1967). A hipótese que emerge como conclusão é que a possível conciliação do estruturo-funcionalismo e da teoria geral da acção passa pela teoria piagetiana da equilibração e que esta, em contrapartida, poderia generalizar-se a domínios mais vastos desde que se aceitasse alargar o modelo do sujeito epistémico por forma a nele integrar possíveis estruturas de assimilação dos papéis sociais.

RESUMO

O autor apresenta uma pré-hipótese de aproximação do pensamento psicológico e do pensamento sociológico através de uma reflexão sobre as possíveis complementaridades recíprocas das teorias de Jean Piaget e de Talcott Parsons. A reflexão é centrada no tema da socialização, apresentando-se um modelo simplificado do sistema de interacções afectivas, epistémicas e sociais da díade mãe-filho.

RÉSUMÉ

L'auteur avance une pré-hypothèse de comparaison de la pensée psychologique et la pensée sociologique basée sur une réflexion sur les possibles complémentarités réciproques de la théorie de Jean Piaget et de la théorie de Talcott Parsons. La réflexion est axée sur le thème de la socialization de l'enfant en présentant un modèle simplifié du système d'interactions affectives, epistémiques et sociales qui ont lieu au sein de la diade mère-enfant.

SUMMARY

The author presents a pre-hypothesis on a possible approach of psychological and sociological sciences through the apparent complementarities between Piaget and Parson's theories.

The main hypothesis is illustrated by the socialization of the child. A simplified model of the affective, epistemic and social interactions, within the mother-child dyad, is presented.

REFERÊNCIAS

- BOWLBY, J. (1969) — *Attachment and Loss*, vol. 1, Hogarth, London.
- COBLINER, W. G. (1968) — «L'École genevoise de psychologie génétique et la psychanalyse», in R. Spitz, *De la naissance à la parole*, P.U.F., Paris.
- DOLLE, J. M. (1977) — *De Freud à Piaget*, Privat, Paris.
- FREUD, S. (1914) — «Zur Einführung des Narzissmus», citado por J. L. Laplanche e J.-B. Pontalis in *Vocabulário de Psicanálise*, art. «Narcisismo primário», Moraes Editores, Lisboa, 1970.
- GOUIN-DÉCARIE, Th. (1962) — *Intelligence et affectivité chez le jeune enfant*, Delachaux et Niestlé, Neuchâtel.
- MENZIES, K. (1976) — *Talcott Parsons and the Social Image of Man*, Routledge & Kegan Paul, London.
- PARSONS, T. (1952) — *The Social System*, Routledge & Kegan Paul, London.
- PARSON, T. (1959) — «Psychological Theory in Terms of Social Action», in S. Koch *Psychology — A Study of a Science*, vol. III, McGraw-Hill, New York.
- PARSONS, T. (1961) — *The Structure of Social Action*, 2.ª ed., Free Press, Glencoe.
- PARSONS, T. (1976) — «A few considerations of the place of rationality in modern culture and society», in *Cahiers Vilfredo Pareto*, tomo XIV, n.º 38-39: *Les sciences sociales avec et après Jean Piaget*.
- PIAGET, J. (1950) — *Introduction à l'épistemologie génétique*, vol. III, P.U.F., Paris.
- PIAGET, J. (1955) — «Les relations entre l'affectivité et l'intelligence dans le développement mental de l'enfant», C.D.U. da Sorbonne (policopiado), Paris.
- PIAGET, J. (1959) — *Apprentissage et connaissance*, EEG VII, P.U.F., Paris.
- PIAGET, J. (1963) — «L'explication en psychologie», in J. Piaget, *Traité de Psychologie Experimentale*, I:1-164, P.U.F., Paris.
- PIAGET, J. (1967) — «Le système et la classification des sciences», in *Logique et connaissance scientifiques*, Gallimard, Paris.
- PIAGET, J. (1968) — *Le structuralisme*, P.U.F., Paris.
- PIAGET, J. (1971) — *Problèmes généraux de la recherche interdisciplinaire et mécanismes communs*, P.U.F., Paris.
- PIAGET, J. (1972) — «L'inconscient affectif et l'inconscient cognitif», in *Problèmes de Psychologie génétique*, Gauthier, Paris.
- PIAGET, J. (1975) — *L'Équilibration des structures cognitives*, P.U.F., Paris.
- RHEINGOLD, H. (1968) — «The Social and Socializing Infant», in David Goslin (ed.) *Handbook of Socialization Theory and Research*, Rand McNally College Publishing & Company, Chicago.

Leia o jornal da educação

●
UMA PUBLICAÇÃO
NECESSÁRIA

SAI NA PRIMEIRA QUINTA-FEIRA
DE CADA MÊS

À VENDA EM TODAS
AS BANCAS DE JORNAIS

●
Distribuído por
DI JORNAL

**colecção
DENTE-DE-LEÃO**

Uma série colorida
de livros educativos
para crianças
dos 7 aos 11 anos

Uma nova maneira de ensinar



distribuidora:

dinalivro

TR. DO CONVENTO DE JESUS, 15 r/c LISBOA-2